

# Passos e descompassos na experiência de discriminação racial por estudantes universitários

## Steps and steps backwards in the experience of racial discrimination among university students

### Eliany Nazaré Oliveira

Pós-doutorado pela Faculdade de Ciências em Educação e Psicologia da Universidade do Porto, Portugal. Docente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE, Brasil;  
E-mail: eliany@gmail.com; ORCID: 0000-0002-6408-7243

### Paulo César de Almeida

Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Ceará. Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil;  
E-mail: pc2015almeida@gmail.com; ORCID: 0000-0002-2867-802X

### Paulo Jorge de Almeida Pereira

Doutorado em Química pela Universidade Nova de Lisboa. Docente da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, Portugal;  
E-mail: ppereira@ucp.pt; ORCID: 0000-0002-3941-8274

### Pedro Lucas Alves

Acadêmico do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE, Brasil;  
E-mail: plucasalvs@gmail.com; ORCID: 0000-0002-4185-8682

### Caio San Rodrigues

Acadêmico do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE, Brasil;  
E-mail: caiosanrodrigues2000@gmail.com; ORCID: 0000-0001-7423-2515

### Gleisson Ferreira Lima

Aluno do Mestrado Acadêmico em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Sobral, CE, Brasil;  
E-mail: gleisson\_nega@hotmail.com; ORCID: 0000-0002-5465-2675

### Pollyanna Martins Pereira

Doutora em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará. Docente das Faculdades Luciano Feijão. Sobral, CE, Brasil;  
E-mail: pollysobral@yahoo.com; ORCID: 0000-0001-5885-1949

Contribuição dos autores: ENO contribuiu na coordenação da pesquisa, coleta e análise dos dados, escrita e revisão final do manuscrito. PCA e PJAP contribuíram com a escrita do projeto, organização e análise dos dados e revisão crítica do conteúdo. PLA, CSR e GFL participaram da coleta, organização e análise dos dados, escrita e revisão final do manuscrito. PMP ajudou na coleta de dados, discussão dos resultados e escrita e revisão final do manuscrito. Todos se responsabilizam pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Recebido em: 18/03/2024

Aprovado em: 11/09/2024

Editora responsável: Fabiana Mânica Martins

**Resumo: Objetivos:** Discutir as experiências de discriminação racial sofrida por estudantes universitários. **Métodos:** Estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa, realizado em 2023, com amostra de 751 estudantes. Utilizaram-se da Escala de Experiências de Discriminação e dos dados sociodemográficos, coletados de forma on-line e presencial. **Resultados:** A maioria dos estudantes era do sexo feminino (53%). Em relação à disposição positiva para compartilhar as experiências de discriminação com outras pessoas, as mulheres lideraram, com 80,2%. No que tange às vivências de experiências discriminatórias, os homens revelaram maior proporção, com 32,3%, e as mulheres, com 29,2%. Revelou-se que referente à infância, as mulheres apresentaram maior preocupação com o tratamento injusto em razão da raça ou cor da pele (66%). Em relação aos ambientes com alta exposição à discriminação, a escola foi a mais apontada, por 33,4% dos homens e 29,9% das mulheres. **Conclusões:** Os estudantes pardos e pretos estão mais suscetíveis a vivenciarem experiências de discriminação. Além disso, grande parte dos participantes se mostraram encorajados a buscar formas de combater os atos discriminatórios, descartando o silêncio como resposta.

**Palavras-chave:** Estudantes; Racismo; Ensino Superior.

**Abstract: Objectives:** To discuss the experiences of racial discrimination suffered by university students. **Methods:** This is an exploratory, descriptive, cross-sectional study with a quantitative approach, conducted in 2023, with a sample of 751 students. The Scale of Experiences of Discrimination and sociodemographic data were collected both online and in person. **Results:** The majority of the students were female (53%). In terms of willingness to share experiences of discrimination with others, women led with 80,2%. With regard to experiences of discrimination, men showed a higher proportion, with 32,3%, and women with 29,2%. With regard to childhood, women were more concerned about unfair treatment on the grounds of race or skin color (66%). With regard to environments with high exposure to discrimination, school was the most frequently mentioned by 33,4% of men and 29,9% of women. **Conclusions:** It was found that brown and black students are more likely to experience discrimination. In addition, most of the participants were encouraged to look for ways to combat discriminatory acts, ruling out silence as a response.

**Keywords:** Students; Racism; Universities.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é, historicamente, caracterizado pelo racismo, definido como forma de opressão estrutural que causa profundas desigualdades raciais e acarreta violência, discriminação e violações de direitos. Esta opressão faz parte da determinação das condições de vida da sociedade e resulta em desigualdades em todos os setores sociais, incluindo direitos básicos, como educação, saúde, nutrição, habitação, higiene básica, cultura, lazer, trabalho e rendimento<sup>1</sup>.

O processo de lutas em busca da reparação histórica da população negra é marcado por diversos entraves. Na tentativa de atenuar as desigualdades raciais e intensificar a participação dos negros nas universidades, foi necessário que os Movimentos Negros, juntos a outros Movimentos Sociais, pressionassem o governo por políticas públicas afirmativas, facilitando o acesso de alunos negros ao ensino superior. Esses movimentos se iniciaram há mais de 30 anos, e é notável que ainda não há a igualdade racial nas universidades<sup>2</sup>. Como resultado da luta do Movimento Negro, foi aprovada a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, denominada Lei de Cotas, que apresenta, no artigo 3º, as prerrogativas gerais para ocupação de vagas no ensino superior para pessoas autodeclaradas negras, por meio do sistema de cotas<sup>3</sup>.

Em 2017, 32,9% da população branca com idade entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior, ao passo que 16,7% era negra. Em relação ao gênero, 19,7% dos homens frequentavam o ensino superior, enquanto 26,8% das mulheres frequentavam este espaço. Para as estudantes negras, a realidade da graduação é desgastante, pois, além do racismo de colegas, professores e até mesmo da instituição, é preciso lidar também com o sexismo<sup>4</sup>.

Nesse contexto, é crucial a discussão dos efeitos do racismo no cenário universitário. Em razão da lei de cotas, ocorreu acréscimo no número de discentes negros/as nas universidades. Ademais, considera-se que, por meio do protagonismo político desses discentes, houve o fortalecimento da pauta

racial, possibilitando transformações no ambiente universitário, principalmente na grade curricular. Neste contexto, é importante conhecer a contribuição dos cotistas, para que as universidades caminhem em direção à diversidade social<sup>5</sup>. No entanto, a proporção de estudantes negros matriculados nas universidades brasileiras diminuiu de 49%, em 2019, para 48,3%, em 2022. Este declínio assinala retrocesso na luta pela igualdade racial<sup>6</sup>.

Para além da lei das cotas, é fundamental que os estudantes negros tenham condições financeiras para participarem das atividades acadêmicas. Desta forma, entende-se que há necessidade de as universidades desenvolverem projetos que auxiliem na permanência destes jovens durante o período na faculdade, para que eles não se sintam excluídos, mesmo tendo ingressado no ensino superior<sup>7</sup>.

Compreende-se que o acesso à universidade para pessoas negras é dificultoso, no entanto, a saída ou evasão é muito mais fácil de ocorrer, se comparado com pessoas brancas. Mesmo com a política de cotas raciais, a quantidade de universitários negros é limitada e reflete muito sobre a desigualdade no país, já que os negros representam a maioria da população. Devido à segregação social, à discriminação racial e à falta de oportunidades de trabalhos, a maior parte dos estudantes negros (as), após o ensino médio, ou até mesmo o fundamental, são obrigados a adentrar no mercado de trabalho, não tendo a possibilidade de estudar, comprometendo o ingresso à universidade<sup>8,9</sup>.

As experiências vivenciadas por universitários negros evidenciaram que a discriminação traz muitos prejuízos para as vítimas, potencializando o adoecimento mental<sup>10</sup>. É importante ressaltar que pessoas pretas e pardas são frequentemente alvo de prisões policiais, e a frequência desses incidentes está fortemente relacionada à cor da pele. Quanto mais escura for a pele, maior será a probabilidade de ser apanhado<sup>11</sup>.

Isso posto, depreende-se que a discriminação racial está presente no cenário social brasileiro, sendo exposto de forma direta no ambiente acadêmico, afetando a saúde mental dos estudantes. Destarte, é fulcral o entendimento dessa temática para sociedade para construção de soluções que minimizem

o impacto do racismo. Assim, objetivou-se discutir as experiências de discriminação racial sofridas por estudantes universitários.

## METODOLOGIA

Trata-se de recorte da pesquisa ampla intitulada: “Discriminação racial e saúde mental nas universidades”. É um estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa, cujo campo de investigação foram cinco instituições de ensino superior no Ceará: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade IEducare (FIED) e Faculdade 05 de Julho (F5). As instituições foram selecionadas por concentrarem universitários com diferentes origens sociais, egressos de escolas públicas e privadas.

Para o cálculo amostral, fixou-se o nível de significância de 5% e erro amostral absoluto de 4%. Esses valores aplicados na fórmula abaixo, indicada para populações infinitas ( $N=11.761$ ), proporcionou amostra por área de tamanho “n” igual a 574 estudantes. Para efeito de questionários (a serem enviados pela internet) não devolvidos ou mal preenchidos, acrescentou-se 20%, implicando, portanto, amostra ideal de 689 estudantes.

A pesquisa foi realizada de setembro a dezembro de 2023. Os critérios de inclusão contaram com os estudantes com idade igual ou maior que dezoito anos, matriculados em uma das instituições de ensino superior do Ceará inclusas na pesquisa. A amostra foi constituída por 751 universitários. O instrumento de coleta de dados foi organizado e disponibilizado pelo *Google Forms* com os itens: informações sociodemográficas e Escala de Experiência de Discriminação Racial.

A Escala de Experiências de Discriminação Racial foi validada para utilização no Brasil<sup>12</sup>, é dividida em cinco itens: resposta a tratamento injusto; discriminação; preocupação com questões globais e queixa apresentada. O instrumento foi traduzido para o português para validação no Brasil, e a adaptação transcultural e as propriedades psicométricas foram verificadas por meio de trabalho de base populacional em Salvador/Bahia, Brasil. Além disso, a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) deste estudo revelou ajuste paramétrico satisfatório, cargas fatoriais elevadas e valores de confiabilidade adequados, confirmando a consistência interna da escala<sup>13</sup>.

O presente estudo objetivou analisar a relação entre os itens da Escala de Experiências de Discriminação Racial por sexo. O instrumento contemplava temáticas que buscaram avaliar e analisar as variáveis: tratamento injusto de estudantes universitários; apresentação da experiência de discriminação racial; exposição das preocupações relacionadas à discriminação racial; resposta à discriminação racial em relação à apresentação da queixa policial entre estudantes universitários relacionadas ao gênero. Para análise de inferência, aplicou-se o teste estatístico Fisher, para avaliar a discriminação por sexo. Valores com  $p < 0,05$  foram considerados estatisticamente significantes<sup>14</sup>.

O período de coleta de dados se iniciou em setembro e finalizou em dezembro de 2023. Inicialmente, o instrumento foi enviado para os e-mails dos estudantes, etapa facilitada pelos coordenadores das instituições com maiores números de alunos, UVA e UFC Sobral, que disponibilizaram os e-mails de todos os discentes matriculados. Além disso, utilizaram-se das redes sociais, WhatsApp® e Instagram®, para ampliar a divulgação da pesquisa.

No entanto, devido à baixa adesão das respostas de forma on-line, fez-se necessário realizar as coletas de maneira presencial, em espaços das próprias universidades, com o apoio dos professores, buscando respeitar ao máximo a privacidade dos entrevistados. A duração dos momentos variou de 15 a 20 minutos, incluindo, nesse tempo, a explicação dos objetivos da pesquisa e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Embora a participação tenha sido encorajada, alguns alunos responderam apenas à metade das questões, resultando em dados incompletos. Assim, para calcular a porcentagem de alunos entrevistados, consideraram-se apenas aqueles que preencheram o formulário integralmente, excluindo os que se recusaram ou responderam parcialmente.

Este estudo se baseou na Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 12 de dezembro de 2012, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Acaraú (UVA), conforme parecer nº 6.279.258.

## RESULTADOS

Entre setembro e dezembro de 2023, coletaram-se dados referentes aos aspectos sociodemográficos de 751 estudantes universitários, incluindo gênero, idade, raça, situação civil, renda familiar e religião. Essas informações são fundamentais para compreensão mais profunda do contexto socioeconômico da comunidade acadêmica e as possíveis implicações no desempenho dos estudantes, conforme Tabela 1.

**Tabela 1.** Distribuição dos dados sociodemográficos de estudantes universitários. Ceará, 2023.

Variáveis		N	%
Gênero	Feminino	394	52,5
	Masculino	350	46,6
	Não binário	4	0,5
	Prefiro não me identificar	3	0,4
Idade M=22,8 DP=5,02 Min=18 Max=64 (2 valores omissos)	18 ou 19	165	22,0
	20 ou 21	188	25,1
	22 ou 23	183	24,4
	24 ou 25	94	12,6
	26 a 30	71	9,5
Raça	Mais de 30	48	6,4
	Parda	439	58,5
	Preta	93	12,4
	Branca	209	27,8
Situação civil	Amarela	10	1,3
	Solteiro	666	88,7
	Casado	48	6,4
	União estável	35	4,7
Renda Familiar	Viúvo	2	0,3
	menos de um salário mínimo	168	22,4
	meio a um salário mínimo	146	19,4
	de 1 a 2 salários-mínimos	277	36,9
	de 2 a 5 salários-mínimos	120	16,0
Qual a sua religião?	mais de 5 salários-mínimos	40	5,3
	Católica	446	59,4
	Evangélica	88	11,7
	Espírita	10	1,3
	Umbanda	10	1,3
	Candomblé	1	0,1
	Ateu	37	4,9
Não tenho religião	135	18,0	
	Outras Religiões	24	3,2
	<b>Total</b>	<b>751</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaborado pelos autores.

O fator gênero foi um parâmetro essencial para reconhecer os participantes, sendo observada prevalência feminina, 52,5% (394), no estudo. O parâmetro idade demonstrou que a idade média dos entrevistados foi 22,8, desta forma, percebeu-se que os participantes eram compostos pela população de jovens adultos, na tabela, apresenta-se, também, a idade mínima, 18 anos, e máxima de 64 anos, considerados critérios de inclusão da pesquisa.

A primeira tabela apontou que a grande maioria dos estudantes eram pardos, ficando a cor branca e preta em segunda e terceira colocação. Sobre a situação civil, o estudo apresenta que os valores se concentraram em maior percentual na população solteira, com 88,7%.

Quanto à renda familiar dos discentes, a faixa de renda mais comum foi de um a dois salários-mínimos, com 36,9% (277), ao passo que apenas 5% (40) dos alunos possuíam renda superior a cinco salários-mínimos.

Na Tabela 2, apresentam-se as respostas dos estudantes universitários ao tratamento injusto relacionado ao gênero. Essas respostas são cruciais para compreender as percepções e experiências dos alunos em relação à equidade de gênero no ambiente acadêmico.

No que diz respeito às respostas às situações de tratamento injusto relacionados ao gênero, grande parte dos entrevistados buscou combater esse cenário inadequado, 299 (75,9%) do sexo feminino e 265 (75,7%) do masculino. Enquanto 95 (24,1%) das mulheres e 85 (24,3%) dos homens assinalaram tolerar o tratamento injusto como fato da vida.

O estudo, também, avaliou as atitudes dos alunos, com o fito de analisar a resposta ao tratamento injusto. Nesse aspecto, descobriu-se que parte dos entrevistados compartilharam sobre a situação com terceiros, em que 316 (80,2%) do sexo feminino e 259 (74,0%) do masculino afirmaram isso. No entanto, parcela dos alunos indicou que preferiam guardar consigo mesmo, 78 (19,8%) das mulheres e 91 (26,0%) dos homens.

Na Tabela 3, apresentam-se as situações em que os participantes do estudo relataram ter sofrido experiências de discriminação, utilizando-se para isso da estatística descritiva. Esses dados são importantes para entender a prevalência e os contextos das experiências discriminatórias vivenciadas pelos participantes.

Na abordagem quanto à experiência de discriminação racial por gênero, em estudantes universitários, obteve-se que 279 (70,8%) das mulheres e 237 (67,7%) dos homens relataram não ter sofrido discriminação por causa da



**Tabela 2.** Apresentação das respostas ao tratamento injusto em relação ao gênero de estudantes universitários. Ceará, 2023.

Resposta ao tratamento injusto	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não- binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
I) Se você sente que está sendo tratado injustamente, você geralmente:									5,210	0,122
a) Aceita isto como um fato da vida	95	24,1	85	24,3	3	75,0	1	33,3		
b) Tenta fazer alguma coisa contra isto	299	75,9	265	75,7	1	25,0	2	66,7		
II) Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente:									8,909	* 0,020
a) Fala com outras pessoas sobre isto	316	80,2	259	74,0	2	50,0	1	33,3		
b) Guarda isto consigo mesmo	78	19,8	91	26,0	2	50,0	2	66,7		

\*  $p < 0,05$

\*\*  $p < 0,01$

\*\*\*  $p < 0,001$

Fonte: elaborado pelos autores.

**Tabela 3.** Apresentação da experiência de discriminação racial por gênero em estudantes universitários. Ceará, 2023.

Discriminação	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não-binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
... sofreu a experiência de discriminação, ... por causa da sua raça, etnia ou cor?									7,405	* 0,039
Não	279	70,8	237	67,7	2	50,0	0	0,0		
Sim	115	29,2	113	32,3	2	50,0	3	100,0		
a) Na escola									7,330	* 0,041
baixa exposição	276	70,1	233	66,6	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	118	29,9	117	33,4	2	50,0	3	100,0		
b) Ao procurar emprego									9,557	* 0,018
baixa exposição	357	90,6	303	86,6	2	50,0	2	66,7		
alta exposição	37	9,4	47	13,4	2	50,0	1	33,3		
c) No trabalho									4,960	0,133
baixa exposição	351	89,1	307	87,7	2	50,0	3	100,0		
alta exposição	43	10,9	43	12,3	2	50,0	0	0,0		
d) Ao comprar uma casa									6,566	0,116
baixa exposição	388	98,5	335	95,7	4	100,0	3	100,0		
alta exposição	6	1,5	15	4,3	0	0,0	0	0,0		
e) Procurando cuidados médicos									5,921	0,102
baixa exposição	362	91,9	327	93,4	3	75,0	2	66,7		
alta exposição	32	8,1	23	6,6	1	25,0	1	33,3		
f) Solicitando serviço em loja ou restaurante									7,487	* 0,040
baixa exposição	326	82,7	279	79,7	2	50,0	1	33,3		
alta exposição	68	17,3	71	20,3	2	50,0	2	66,7		
g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário									6,648	0,081
baixa exposição	383	97,2	335	95,7	4	100,0	2	66,7		
alta exposição	11	2,8	15	4,3	0	0,0	1	33,3		
h) Na rua ou em estabelecimento público									6,925	* 0,050
baixa exposição	311	78,9	260	74,3	2	50,0	1	33,3		
alta exposição	83	21,1	90	25,7	2	50,0	2	66,7		
i) Pela polícia ou no fórum									20,047	*** 0,000
baixa exposição	377	95,7	308	88,0	3	75,0	2	66,7		
alta exposição	17	4,3	42	12,0	1	25,0	1	33,3		

\* p<0,05

\*\* p<0,01

\*\*\* p<0,001

Fonte: elaborado pelos autores.

raça, etnia ou cor. Ao passo que 115 (29,2%) das mulheres e 113 (32,3%) dos homens sofreram essa discriminação.

No que se refere aos ambientes com maiores situações experimentadas de práticas discriminatórias pelos estudantes deste estudo, a mais apontada foi a escola, em que 118 (29,9%) das mulheres e 117 (33,4%) dos homens sinalizaram alta exposição de discriminação; posteriormente, na rua ou em estabelecimentos públicos, 83 (21,1%) das mulheres e 90 (25,7%) dos homens; em seguida, no ato de solicitar serviço em loja ou restaurante, 68 (17,3%) das mulheres e 71 (20,3%) dos homens; assim como no ambiente de trabalho, 43 (10,9%) das mulheres e 43 (12,3%) dos homens; parte considerável da juventude negra participante do referido estudo também relatou ter sofrido discriminação ao procurar emprego, 37 (9,4%) das mulheres e 47 (13,4%) dos homens; inclusive, procurando cuidados médicos, 32 (8,1%) das mulheres e 23 (6,6%) dos homens; pela polícia ou no fórum, 17 (4,3%) das mulheres e 42 (12,0%) dos homens; ao pedir crédito ou empréstimo bancário, 11 (2,8%) das mulheres e 15 (4,3%) dos homens; e ao comprar uma casa, seis (1,5%) das mulheres e 15 (4,3%) dos homens.

Por sua vez, na Tabela 4, apresentam-se as preocupações relacionadas à discriminação racial por gênero, acompanhadas de cada medida estatística. Esses dados fornecem visão abrangente sobre como a discriminação racial se manifesta de forma diferente entre os gêneros.

Percebeu-se, pela Tabela 4, que, na infância, os entrevistados do sexo feminino se preocuparam mais com o tratamento injusto em razão da raça ou cor da pele, 260 (66,0%). Em contrapartida, os homens tiveram menor preocupação, no tocante à discriminação racial, 207 (59,1%). No que tange a essa mesma preocupação, entretanto, relacionada a pessoas próximas em contexto mais recente, observou-se que a predominância permaneceu no sexo feminino, 276 (70,1%), e 241 (68,9%), no sexo masculino. Ao serem questionados quanto à preocupação relacionada à discriminação racial no último ano, as mulheres 207 (52,5%) sinalizaram alta exposição a situações discriminatórias, contudo, 187 (47,5%) afirmaram baixa exposição. Em relação aos homens, 204 (58,3%) expressaram alta exposição, enquanto 146 (41,7%) mostraram baixa exposição.

**Tabela 4.** Exposição das preocupações relacionadas à discriminação racial por gênero em estudantes universitários. Ceará, 2023.

Preocupação	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não-binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
a) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?									5,486	0,099
baixa exposição	134	34,0	143	40,9	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	260	66,0	207	59,1	2	50,0	3	100,0		
b) No último ano, você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?									1,875	0,631
baixa exposição	118	29,9	109	31,1	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	276	70,1	241	68,9	2	50,0	3	100,0		
c) No último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?									4,669	0,177
baixa exposição	187	47,5	146	41,7	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	207	52,5	204	58,3	2	50,0	3	100,0		

\* p<0,05

\*\* p<0,01

\*\*\* p<0,001

Fonte: elaborado pelos autores.

**Tabela 5.** Resposta à discriminação racial por gênero em relação à apresentação da queixa policial entre estudantes universitários. Ceará, 2023.

Queixa apresentada	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não-binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Alguma vez você prestou queixa por causa de discriminação racial?									2,930	0,777
Não	388	98,5	346	98,9	4	100,0	3	100,0		
Sim	6	1,5	4	1,1	0	0,0	0	0,0		

\* p<0,05

\*\* p<0,01

\*\*\* p<0,001

Fonte: elaborado pelos autores.

Finalmente, na Tabela 5, apresentam-se, de forma descritiva, as respostas à discriminação racial em relação às queixas policiais entre estudantes. Esses dados evidenciam a correlação entre as experiências de discriminação e a interação dos estudantes com as autoridades policiais.

O último item da Escala de Experiência de Discriminação é a queixa apresentada. Portanto, de acordo com a Tabela 5, infere-se que não houve relação significativa de queixa em consequência da discriminação racial, já que 388 (98,5%) das mulheres e 346 (98,9%) dos homens relataram nunca ter prestado queixa, enquanto apenas seis alunas (1,5%) e quatro (1,1%) alunos afirmaram realizado este ato.

## DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve predominância do sexo feminino, com 52,5% dos entrevistados, isso justifica a prevalência delas nas respostas da escala. Em concordância com isso, estudo que buscava analisar os níveis de atividade física de universitários no Sudoeste, durante a pandemia, constatou, também, a prevalência das mulheres jovens universitárias na amostra<sup>15</sup>.

A Tabela 1 evidenciou que 58,5% (439) dos universitários da pesquisa se declararam pardos. Diante desse cenário, é fato que a tentativa do embranquecimento sempre fez parte da realidade de muitas pessoas negras, por conseguinte, o processo de reconhecimento como preto ou/e pardo foi lento<sup>16</sup>. Outrossim, diversos alunos, durante o processo de inscrição nas IES, autodeclararam-se pardos ao invés de pretos, por receio de serem desclassificados pelo sistema de cotas, já que a Lei 12.711/2012 preconiza que, além da autodeclaração no ato da matrícula, é preciso ser submetido à banca de heteroidentificação que, geralmente, são os servidores das próprias IES que analisam se o estudante se encaixa ou não no perfil racial solicitado<sup>17</sup>.

Em relação à situação financeira dos entrevistados, 36,9% afirmaram ter renda de um a dois salários-mínimos, já outra parcela, 22,4%, sinalizou possuir menos de um salário-mínimo, enquanto 19,4% possuía até meio a um salário-mínimo, ao mesmo tempo em que 16% relataram ter renda de dois a cinco salários, e apenas 5,3% mais de cinco salários-mínimos. Depreende-se, portanto, a importância de entender as implicações da renda

dos alunos ligados ao racismo. No Brasil, a situação habitacional de negros e brancos é diferente. Historicamente, os negros tiveram as piores condições, vivendo em locais inadequadas, com superlotação, abastecimento de água inadequado e saneamento básico precário<sup>18</sup>.

Nesta conjuntura, muitos indivíduos são impossibilitados de frequentar o ensino superior, visto que inúmeros(as) estudantes negros(as) não contam com o apoio financeiro da família, neste caso, a solução se concentra no auxílio estudantil da IES, sendo fundamental para permanência desses alunos. Em contrapartida, mesmo com o auxílio, diversos estudantes também precisam trabalhar nos turnos livres para poder garantir o subsídio durante a graduação<sup>19</sup>.

Evidencia-se que os estudantes têm cada vez mais lutado pelos direitos deles, conforme exposto nas tabelas, 75,9% das acadêmicas e 75,7% dos acadêmicos relataram buscar combater o cenário de discriminação racial. A implementação da lei das cotas favoreceu o acesso às IES, mas não as tornou menos racista. Por isso, é preciso constantemente defender as conquistas advindas das políticas públicas, já que existem pessoas que negam os efeitos positivos das cotas<sup>20</sup>. Ademais, as lutas dos movimentos sociais e raciais despertaram nas pessoas o sentimento de empatia, diante disso, é imperioso desconstruir a ideia de que indivíduos negros são inferiores. Assim, uma das soluções para a problemática está vinculada à educação da sociedade, corroborando a inclusão de estudantes afrodescendentes, servindo como referências positivas aos discentes que estão em contínuo processo de construção identitária<sup>21</sup>. Em virtude desse desenvolvimento social, parte dos entrevistados, 316 (80,2%) do sexo feminino e 259 (74,0%) do masculino, indicou que compartilham sobre as situações de discriminação racial com terceiros.

As pessoas têm se preocupado mais com o tratamento injusto que elas e outros indivíduos sofrem em razão da cor e raça. Não obstante, a carência de segurança e representatividade para as pessoas negras pode ocasionar malefícios na saúde psicológica, emocional e física delas<sup>22</sup>. Isso justifica o fato de 19,8% (78) das entrevistadas e 26,0% (91) dos entrevistados optarem por guardar consigo as situações de discriminação.

As escolas foram os locais de discriminação mais frequentemente citados. O racismo é um fenômeno significativo que tem grande impacto na vida escolar cotidiana, acarretando falta de desenvolvimento positivo da identidade entre os estudantes negros e gerando sentimento de insegurança em relação à pele, ao cabelo e à aparência. Experiências de racismo e discriminação podem influenciar o comportamento e a autoestima dos estudantes, levando-os a perceber o ambiente social como hostil<sup>23</sup>. Além disso, local isento de segurança impede o aprendizado, assim, infere-se que a construção dos alunos pode ser moldada negativamente, devido às práticas discriminatórias<sup>24</sup>.

Os participantes deste estudo também relataram ter sofrido discriminação na rua ou/e em estabelecimentos públicos. Percebeu-se essa realidade em outro estudo que analisou a percepção dos moradores da Bahia no acesso ao serviço público de abastecimento de água, e revelou as desigualdades raciais sofridas por essa população, na qual não conseguem dispor do básico<sup>25</sup>.

No que se refere às experiências discriminatórias, ao solicitar um serviço em loja ou em restaurante, é notório que, diariamente, os negros são vistos e tratados como suspeitos, sendo, muitas vezes, normalizado, até mesmo pelas vítimas, as muitas e agressivas abordagens policiais, nas quais os homens negros são as vítimas preferenciais, além de olhares de estranhamento, quando estão em estabelecimentos mais sofisticados<sup>26</sup>.

Sobre as experiências discriminatórias no trabalho e/ou ao procurar emprego, é indubitável que essa ainda é uma realidade da população negra, principalmente referente à desvantagem em ter salários baixos. Em estudo que avaliou o racismo no mercado de trabalho, constatou-se que 67% dos participantes acreditavam que o mercado de trabalho seleciona as pessoas pela cor da pele e que há preferência por pessoas brancas e isso é justificado pelo racismo enraizado no Brasil<sup>27</sup>.

Em relação às discriminações sofridas ao procurar os cuidados médicos, é preciso compreender que para as mulheres pretas e pardas, ainda, há entraves que dificultam vivenciar a maternidade de forma digna, sem hierarquias e violências. O mesmo estudo mostrou que 63,6% dos usuários

relataram ter sofrido racismo no sistema público de saúde. Quanto ao ambiente em que ocorreu a discriminação, 51,5% dos participantes relataram que a discriminação ocorreu na clínica e 21,9% relataram que a discriminação ocorreu na sala de exames ou na sala de medicina. Ou seja, os negros são constantemente afetados pela discriminação, inclusive quando buscam cuidados de saúde<sup>28</sup>.

Acerca das experiências de discriminação pela polícia, depreende-se que os participantes não se sentiam protegidos pelos profissionais. Para fortalecer esse pensamento, analisou-se, em estudo, a percepção das pessoas em relação aos policiais, e o resultado foi insegurança, medo e revolta, já que, segundo os relatos dos participantes, o perfil das pessoas que são frequentemente abordadas são jovens negros, de baixa renda, baixo grau de escolaridade e morador de bairros periféricos<sup>11</sup>. Observa-se que em situações, como ao pedir crédito, empréstimo bancário e ao comprar uma casa, a maioria relatou baixa exposição ao ato discriminatório. Isto pode ocorrer devido ao fato de que grande parte da população nesta faixa etária ainda está ingressando no mundo do trabalho e iniciando a vida autônoma, e, por isso, não consegue comprar casa nem necessita fazer empréstimo financeiro<sup>29</sup>.

Embora a discriminação seja voltada majoritariamente contra as pessoas negras, notou-se que os entrevistados demonstraram preocupação em relação aos atos discriminatórios sofridos por outras pessoas. Percebeu-se aumento em relação às preocupações raciais na infância e/ou adolescência para o último ano. Nesse panorama, entende-se a importância dos conhecimentos gerados pelo Movimento Negro. Essa luta se faz necessária, tendo em vista que corrobora o processo de desconstrução do racismo na sociedade, já que esse é um problema coletivo<sup>30</sup>.

Em relação à queixa policial, percebeu-se que a grande parcela dos entrevistados, 98,5% das mulheres e 98,9%, nunca denunciou atos discriminatórios, enquanto apenas 1,5% e 1,1% fizeram isso. Logo, o caso de mulher negra vítima de racismo entra em questão, já que a mesma não obteve acesso à justiça de forma correta<sup>31</sup>. No entanto, no que concerne à compreensão desse sistema de opressão que invisibiliza as experiências de mulheres negras como sujeitos passíveis a sofrer danos pela prática de crime



de racismo e/ou de injúria racial, constatou-se que as discussões nas ciências jurídicas carecem das articulações aprofundadas entre gênero e raça<sup>32</sup>. Contudo, em alguns países, as investigações se tornam mais voláteis, quando a vítima pertence a uma minoria racial ou étnica e a acusação não está interessada em recolher informações ou provas. Em Portugal, a maioria das denúncias e reclamações sobre racismo são arquivadas<sup>33</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discriminação racial ainda persiste no cotidiano de muitos discentes, no entanto, grande parte dos estudantes demonstraram buscar combater esses cenários discriminatórios, assim como compartilhar as experiências de discriminação com outras pessoas. Inferiu-se que os homens vivenciaram mais experiências discriminatórias, e, na infância, as mulheres apresentaram maior preocupação com o tratamento injusto em razão da raça ou cor da pele.

Ademais, o ambiente escolar predominou como o local com alto nível de práticas discriminatórias. Desta forma, nota-se que são necessárias intervenções no ambiente educacional, visando atenuar as experiências negativas dos alunos. Além do mais, são pertinentes estudos acerca dessa temática, com a finalidade de debater sobre essa problemática que afeta grande parte da população.

As limitações deste estudo se concentraram, inicialmente, na falta de adesão dos acadêmicos em responderem ao formulário. Além disso, a escala utilizada limitou a compreensão das experiências, pois os participantes não tiveram a oportunidade de relatar os casos discriminatórios.

Portanto, diante do exposto, compreende-se que as experiências vivenciadas no período escolar e/ou nos demais locais afetam drasticamente a saúde mental das vítimas. Nesse contexto, urgem maiores investimentos na esfera Federal, a fim de erradicar atos discriminatórios, de modo a punir severamente os infratores da lei, buscando, assim, a igualdade plena para as pessoas em todos os espaços.

## REFERÊNCIAS

1. Fundação Oswaldo Cruz. Política de equidade étnico-racial e de gênero da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2023.
2. Valério ACO, Bezerra WC, Santos VS, Leite Jr JD, Farias MN, Santos SMB. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. *Cad Bras Ter Ocup.* 2021;29:e3007. doi:10.1590/2526-8910.ctoAO2278.
3. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*; 29 ago. 2012.
4. Oliveira F, Nunes T, Antloga C. Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo. *Psi Rev.* 2019;28(1):103-24. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/38914>
5. Oliveira CR, Burmeister AT, Kolodziejcki PA, Coelho EK, Lima CAS, Machado FV. Diálogos na pandemia: discutindo os impactos da COVID-19 sobre a população negra brasileira. *Saude Redes.* 2022;8(sup2):241-9. doi:10.18310/2446-4813.2022v8nsup2p241-249.
6. Alfano B [Internet]. O Globo. 2023 [citado 12 dez. 2023]. Proporção de negros nas universidades cai pela primeira vez desde 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/06/proporcao-de-universitarios-negros-cai-pela-primeira-vez-desde-2016.ghtml>
7. Nascimento IS, Cardoso WS. Questão social, pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora [Apresentação no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social; 2022; Rio de Janeiro, Brasil].
8. Amaral MJ, Pereira VA. As cotas raciais para negros na universidade: será essa a resposta? *Revista Cocar.* 2023;18(36):1-21.
9. Eugênio M, Lima O. Psicologia social do preconceito e do racismo. São Paulo: Blucher Open Access; 2020.
10. Baumgarten A, De Carli G, Kargwanski P, Bastos JL, Celeste RK, Toassi RFC. Experiências discriminatórias: narrativas de universitários do sul do Brasil. *Rev Fac Odontol Porto Alegre.* 2019;60(2):20-33. doi:10.22456/2177-0018.92270.
11. Anúnciação D, Trad LAB, Ferreira T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saude Soc.* 2020;29(1):e190271. doi:10.1590/S0104-12902020190271.
12. Fattore GL, Teles CA, Santos DN, Santos LM, Reichenheim ME, Barreto ML. Validade de constructo da escala Experiences of Discrimination em uma população brasileira. *Cad Saude Publica.* 2016;32(4):e00102415. doi:10.1590/0102-311X00102415.
13. Fattore GL. Discriminação racial auto referida, stress psicossocial e sintomas asmáticos em crianças de Salvador [tese]. [Salvador]: Universidade Federal da Bahia; 2015. 154 p.
14. Samejima K. MATD49-Estatística não paramétrica 3 -Teste Exato de Fisher [Internet]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2023 [citado 15 dez. 2023]. Disponível em: <https://est.ufba.br/sites/est.ufba.br/files/kim/matd49-aula04-fisher.pdf>

15. Faraó EMD, Costa DVSD, Valvassoura SA, Andrade VR, Fernandes EV, Gouvêa-e-Silva LF, et al. Hábitos de vida, nível de atividade física e qualidade de vida de universitários do sudoeste goiano durante a pandemia do coronavírus. *Rev Interfaces*. 2023;11(2):1875-87. doi:10.16891/2317-434X.v11.e2.a2023.pp1875-1887.
16. Costa ES, Schucman LV. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as Ações Afirmativas. *Est Pesq Psicol*. 2022;22(2):466-84. doi:10.12957/epp.2022.68631.
17. Campos DSC, Ferracini R. O pacto narcísico da branquitude em um campus universitário do Tocantins. *Rev ABPN*. 2022;14(39):500-21. doi:10.31418/2177-2770.2021.v14.n.39.p500-521.
18. Souza PGA, Pôrto ACCA, Souza A, Silva Jr AG, Borges FT. Perfil Socioeconômico e racial de estudantes de medicina em uma universidade pública do Rio de Janeiro. *Rev Bras Educ Med*. 2020;44(3). doi:10.1590/1981-5271v44.3-20190111.
19. França MG, Tostes AS. A trajetória de jovens negros e negras na universidade: desafios e possibilidades. *Rev ABPN*. 2021;13(Ed. Especi):9-36. doi:10.31418/2177-2770.2021.v13.c2.p09-36.
20. Teixeira VH, Marques AM. Cotas para pessoas negras: a inclusão e o combate ao racismo na universidade. *Oficina Hist*. 2021;14(1):e39522. doi:10.15448/2178-3748.2021.1.39522.
21. Silva JBX. Estudantes negros e negras no ensino superior e a relação com questões étnico-raciais vivenciadas na universidade. *Rev Ens Cienc Hum Cidad Divers Bem Estar*. 2020;4(1, jan-jun):229-46. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/7573>
22. Oliveira EN, França S, Feijó IG, Melo FV, Almeida PC, Ximenes Neto FR, et al. "A cor da minha pele me define": experiências de discriminação racial sofridas por negros. *Gestao Desenvol*. 2022;(30):505-23.
23. Moreira-Primo US, França DX. Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar? *Rev UNIABEU*. 2020;13(33):24-44.
24. Correia GM. A denúncia ao racismo em letras de músicas brasileiras: uma análise linguística e discursiva [trabalho de conclusão de curso]. [Venda dos Imigrantes]: Instituto Federal do Espírito Santo; 2021. 59 p.
25. Santos TA, Moraes LRS, Larrea-Killinger C. Percepção do racismo estrutural no acesso ao serviço público de abastecimento de água no Bairro Negro Rua Nova, em Feira de Santana, Bahia. *Rev Eletron Gest Technol Ambient*. 2022;108-23.
26. Panta M, Silva MN. Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos. *Sociol*. 2024;26:e-soc130382. doi:10.1590/18070337-130382.
27. Rocha GS, Campos MC. Mercado de trabalho e racismo: visão dos egressos do sistema de cotas raciais da Universidade Estadual de Londrina. *GEOPAUTA*. 2021;5(3):e8071.
28. Loduvico GO, Martins MML, Rocha TIU, Terra MF, Pigozi PL. Racismo institucional: percepção sobre a discriminação racial nos serviços de saúde. *Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa Sao Paulo*. 2021;66(1u):1. doi:10.26432/1809-3019.2021.66.008.
29. Abrantes AA, Bulhões L. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In: Martins LM, Abrantes AA, Facci

MGD, organizadores. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados; 2016.

30. Santos IB, Thomazini TDR. Racismo, feminismo negro e educação. REBEIS. 2023;1(2).

31. Barbosa FC. O caso Simone A. Diniz: a falta de acesso à justiça para as vítimas dos crimes raciais da Lei Caó. REJ UNESP. 2012;15(22). doi:10.22171/rej.v15i22.392.

32. Borges NCC, Souza LT. As mulheres negras nos estudos acadêmicos sobre crimes raciais. Rev InSURgencia. 2024;10(1):233-53. doi:10.26512/revistainsurgencia.v10i1.49670.

33. Gomes MB. A discriminação racial no acesso à justiça [dissertação]. [Porto]: Universidade Católica Portuguesa; 2020. 49 p.